

O moderno e o arcaico na organização do trabalho fabril no Brasil (1920-1940)*

João Miguel Teixeira Godoy**

Resumo. O artigo estuda o modo como as justificativas e alterações na organização do trabalho fabril, ocorreram no Brasil, especificamente em São Paulo, na transição da sociedade agrária-senhorial para a sociedade burguesa-industrial, grosso modo entre os anos de 1920 e 1940.

Palavras-chave: Industrialização brasileira; Fábrica; Sociedade.

The modern and the archaic in the organization of industrial work in Brazil (1920-1940)

Abstract. Current essay analyzes how justifications and changes in the organization of industrial society occurred in Brazil, especially in São Paulo, during the transition from an agrarian and patriarchal society to a bourgeoisie and industrial one between 1920 and 1940.

Keywords: Industrialization in Brazil; Factories; Society.

Lo moderno y lo arcaico en la organización del trabajo fabril en Brasil (1920-1940)

Resumen. El artículo estudia cómo ocurrieron las justificativas y alteraciones en la organización del trabajo fabril en Brasil, específicamente en San Pablo, durante la transición de la sociedad agraria-seniorial hacia la sociedad burguesa-industrial, grosso modo, entre los años 1920 y 1940.

Palabras Clave: Industrialización brasileña; Fábrica; Sociedad.

* Artigo recebido em 14/05/2012. Aprovado em 24/07/2012.

** Doutor em História Econômica pela USP, São Paulo/Brasil. Professor da Faculdade de História da PUC/Campinas/SP, Brasil. E-mail: joaomigueltdgo@yahoo.com.br

1. Introdução

O pensamento sobre a função e a importância da indústria para a sociedade brasileira teve um dos seus inícios no conhecido Manifesto da Associação Industrial de 1881. A publicação que traz o manifesto, reúne vários outros textos, todos eles bastante ilustrativos sobre os argumentos mobilizados pelos membros da Associação, sobretudo pelo seu Presidente Antonio Felício dos Santos, na reivindicação de apoio a ser dado pelo governo imperial à indústria nascente (SANTOS, 1881, p.15-30). Creio que esse pensamento sofreu uma inflexão importante nas décadas de 1930 e 1940, a partir das formulações de figuras como Roberto Simonsem, Aldo Mario de Azevedo, Roberto Mange, entre outros. Inflexão no discurso, bem como no modo de intervenção na realidade, que certamente respondia a demandas e mudanças decisivas na ordem das coisas. Na análise, da passagem de um momento a outro, é possível identificar um fio condutor, um elemento de continuidade, que aponta para características centrais da história da sociedade brasileira. Características estas que já foram nomeadas de diferentes maneiras, como uma história onde as ideias estariam “fora do lugar” (SCHWARZ, 2000), ou então como um processo de “modernização conservadora” (MOORE Jr, 1983), ou como exemplo de uma “história lenta” (MARTINS, 1994). Todas elas, apontando para uma dinâmica específica e definidora da nossa singularidade histórica, onde mudança e permanência, o moderno e arcaico, o discurso e a prática, atritam-se gerando um modo único de ser. Singularidade que não implica em considerar a experiência histórica brasileira como única, diferente, e, portanto avessa a qualquer generalização. Mas singularidade no sentido de identificar *combinações únicas* de elementos gerais e comuns. Nosso problema aqui é buscar esta mesma problemática, mas enfocando nos debates que se estabeleceram em torno da atividade industrial, mas especificamente em

torno do lugar e da importância do espaço fabril e no tipo de impacto disciplinar que poderia ter sobre a sociedade. Tais debates ocorreram de forma intensa até anos de 1930 e 1940 no Brasil, como desdobramento esperado das mudanças estruturais pelas quais o país passava então. No que se refere aos estudos acadêmicos sobre o tema, existe todo um conjunto de trabalhos sobre o sistema fabril, envolvendo tanto os estudos mais clássicos, que seguiram a tradição do pensamento de Marx, e que podem ser encontrados na coletânea organizada por Gorz (1980), em que o debate oscila na consideração dos espaços fabril como espaço de alienação e domínio do capital, ou como espaço fundamental de conflito e construção da cidadania operária. Aparece numa dimensão mais geral, expressando as especificidades nacionais de implantação da ordem industrial, na obra de Bendix (1966). Aparece de forma indireta em, enquanto espaço de conflitos não resolvidos e expressão de “desvios de comportamento“, nos estudos da denominada escola de Chicago (MAYO, 1959). No Brasil, a temática emergiu inicialmente nos estudos de sociologia industrial (LOPES, 1964). Começou a assumir certa relevância nos estudos econômicos que fizeram a crítica da matriz interpretativa cepalina sobre a industrialização brasileira (CANO, 1986; MELLO, 2009; SILVA, 1996). Tornou-se questão central nos trabalhos dos anos de 1980 e 1990 sobre o movimento operário no Brasil (MARONI, 1982; PAOLI, 1982, 1989; MACHADO FILHO, 1984; VIANNA, 1983; DECCA, 1987). Mais recentemente, o tema foi retomado a partir dos trabalhos sobre o Fordismo no Brasil, e na discussão sobre o patrimônio cultural (BOTELHO, 1997; GOUNET, 1999; HIRATA, 1993; SCHINCARIOL, 2007; VARGAS, 2004; ZANETTI, VARGAS, 2007; VICHNEWSKI, 2004).¹

¹ Para um balanço recente do debate, ver Godoy (2010).

2. Fábrica e sociedade até os anos de 1920

No final do século XIX, a palavra de ordem do grupo da Associação Industrial de 1881 era a seguinte: “povoai as fábricas e oficinas e despovoareis as prisões”. Diziam mais: “Nas fábricas, que são em miniatura a representação dos Estados, o operário está sujeito a uma disciplina rigorosa, que vai inoculando em seu espírito ideias de ordem e o hábito da obediência e respeito aos superiores” (SANTOS, 1881, p. 165). O apontamento das similitudes entre Estado, fábrica e prisão, nos remete, pelo menos desde Foucault, às concepções e práticas que configuram as instituições disciplinares (FOUCAULT, 1997). O argumento está fundado no princípio da utilidade disciplinar da atividade industrial. A ordem na fábrica e na cidade deveria ser um prolongamento da ordem na senzala e no campo. Tal perspectiva aponta para as aproximações entre interesses agrários e industriais, pois a indústria apresenta-se como fator de estabilização da ordem escravista.

Associado a isso, todo o conjunto de elementos e personagens que compõem o cenário de uma nova ordem moderna, capitalista e industrial, que emergia lentamente, foi sendo traduzida e equacionada por visões e noções típicas daquela sociedade escravista senhorial. As teorias raciais e a visão hierárquica de sociedade que propunham foram sendo paulatinamente torcidas e retorcidas no sentido de enquadrar a novidade que parecia inevitável. A figura do empresário industrial, por exemplo. Às vezes, tratava-se de um representante da ordem agrária que transitava para as práticas burguesas urbanas. Nesse caso, ficava fácil. Alguns registros de início de século transmitiam bem a ideia do modo como eram socialmente vistos os primeiros empresários industriais e que expectativas cercavam suas atividades. Algumas representações os celebravam como verdadeiros demiurgos, homens incomuns que detinham o poder de transformar em realidade os sonhos de progresso e "*avanço civilizatório*", que animavam as noites de setores da recém-formada

burguesia industrial brasileira. É significativa, a esse respeito, a dedicatória que Antônio Francisco Bandeira Jr. faz ao industrial Antônio Alves Penteado, na publicação de seus estudos sobre a situação da indústria no Estado de São Paulo.

Mas em todas as páginas da história do progresso e do engrandecimento de S.Paulo, qualquer que seja o ponto que se refira esse progresso, desde o menor ao mais alevantado, nelas se encontrará o nome, do distinto paulista, assinalando em cada fato o arrojo do seu gênio, a tenacidade do seu caráter e a coragem do seu temperamento; fonte de incentivo e exemplo fecundo aos seus conterrâneos, aos quais demonstrou a verdade do axioma: quem quer: - pode.

De velhos pardieiros, surgiram soberbos palácios; de bairros sem habitantes, vilas fabris: o trabalho, a beleza, a arte, a higiene, tudo congregado pelo espírito dirigente de um homem só.

Negócios cuja complexidade exigiriam a atenção de três ou quatro diretores de sociedade anônimas, são resolvidos a tempo, com rapidez britânica e precisão matemática.

São dessa ordem os espíritos privilegiados, que passam às gerações tradicionalmente, como seres sobrenaturais. [...].

O grande industrial é o agente que mais eficazmente concorre para a tranquilidade social, para o bem-estar dos povos e para a riqueza pública.

O acervo que no ramo industrial ao Estado de S.Paulo legará o século presente é de tal valor sob todos os pontos de vista, que não errará quem lhe antever o mais brilhante futuro, principalmente, se a indústria tiver apóstolos como o Sr. Antônio Alves Penteado (BANDEIRA Jr, 1901, p. IV-V).

Esta celebração esperançosa feita por Bandeira Jr. sintetizava elementos importantes do ideário da burguesia industrial emergente. Legitimava a condição, que ela mesma frequentemente se atribuía: de condutora do destino histórico da sociedade na qual estava inserida e, na medida em que sua vontade se impunha e transformava, tornava-se mundo. As transformações em curso na sociedade eram encaradas como meras atualizações do progresso proporcionado pelo controle técnico que detinha sobre a produção e sobre a natureza. Sua autoridade se alicerçava no fato de possuir o controle dos conhecimentos científicos necessários para a liberação das forças latentes do desenvolvimento humano, contidas em estado embrionário na realidade. A

difusão destes princípios e o modo como eles fragmentariamente impregnaram as representações, mais ou menos "*espontâneas*", das classes subjugadas, constituem ainda tema para futuras pesquisas, mas não há dúvidas de que revelaram uma fórmula eficiente de as classes dominantes verem reconhecidas sua posição de elites dirigentes do coletivo social, de verem legitimada sua autoridade sobre o amplo contingente de subalternizados e de serem elevadas à posição de agentes de nova ordem.

Outro ponto importante estava na maneira como viam o movimento operário e nas sugestões quanto aos melhores métodos de combatê-lo. O surgimento da luta de classes em São Paulo era atribuído a dois fatores. A interferência do Estado, nas relações entre patrões e trabalhadores, era apontada como geradora do caos social, até então desconhecido nesse "tranquilo remanso" que era São Paulo.²

Por outro lado, concebia-se a luta de classes como fruto da vinda, para o Brasil, de determinados grupos de imigrantes:

No trabalho nacional, principalmente no trabalho manufatureiro nota-se a infiltração lenta mas contínua de elementos que dantes não conhecíamos e que inspiram repulsa instintiva.

Como agirão estes sóbrios elementos no organismo proletário do nosso País?

Agirão por certo como têm agido em outras potências industriais e contaminarão o nosso velho e cândido operariado com o vírus maléfico de ideologias que se divorciam da razão, da moral, do direito e da justiça (NOGUEIRA, s/d, p. 51).

Essas considerações demonstravam compreensão limitada acerca da natureza do movimento operário: como obra de grupos estrangeiros e minoritários que procuravam, por todos os meios disponíveis e orientados por

² Segundo Nogueira: "Surgiu aquele caos social ... e a luta de classes, que não conhecíamos e que nem ao menos se pronunciava, teve seu início neste tranquilo remanso que era o nosso Estado, início cuja violência estava na razão direta do incitamento à desordem feito por detentores ocasionais do poder público"(grifo nosso) (NOGUEIRA, s/d, p. 35)

"ideologias nocivas", magnetizar essa massa difusa e heterogênea, esse "*organismo frágil*" e facilmente impressionável, que era o operariado brasileiro. O sucesso dos militantes operários decorria, na visão das associações empresariais, da presença, no Estado, de "*teóricos impenitentes que não conhecem a nossa vida fabril*" e que acenavam com privilégios e concessões que a massa operária, segundo eles, por si mesma jamais cogitaria reivindicar.

Também a fábrica foi pensada em termos essencialmente orgânicos. O modo como Aldo Mario Azevedo formulou esta questão, nas páginas da Revista do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), em 1932, pode ser visto como um exemplo tardio dessas concepções que persistiam.

No corpo humano, não se dá o caso do estômago ou fígado querer funcionar como cérebro, ou pés quererem substituir os olhos ou ouvidos... Se isso se desse, seria uma anarquia completa. Entretanto, no organismo social esse absurdo é tentado de várias formas e as chamadas lutas de classe não são mais do que uma luta de órgãos que pretendem dirigir o organismo, isto é, fígado e estômagos que pretendem ser cérebros, de vez em quando (AZEVEDO, 1932, p. 7).

Nesse sentido, qualquer conflito que colocasse em risco a harmonia orgânica e natural desta estrutura, era concebido como fruto da ação de "*agitadores profissionais*", elemento exterior, "*vírus maléfico*", sustentado por "*ideologias alienígenas*", visando debilitar o organismo nacional. Cabia, pois, ao Estado coordenar uma "*intervenção cirúrgica*", por meio do aparelho repressivo, no sentido de restaurar e sanear o organismo doente, recuperar sua harmonia natural e garantir a instauração de uma "*paç social*" duradoura.

3. Fábrica e sociedade nos anos de 1930 e 1940

A partir dos anos de 1930, as representações da fábrica abandonavam, progressivamente, os parâmetros orgânicos, assumindo linguajar próximo da nova era mecânica. Mais do que no organismo, as representações fabris, nos anos 30, buscavam na máquina seu modelo de funcionamento. Os sinais dessa

mudança apareceram, sistematicamente, em 1930. Em abril de 1932, a *Revista do IDORT*, abria seu número 4 com editorial intitulado "Esprit de Corps", onde chamava a atenção para a importância da empresa desenvolver um "*estado psicológico*", nos operários, de pertencimento a uma organização, visando, com isso, tornar mais eficaz o funcionamento e a produtividade da fábrica. O editorial aconselhava o desenvolvimento de uma consciência do operário, adequada à sua condição de parte de um todo maior. A imagem do todo orgânico intercalava-se com o mecânico. Corpo e máquina fundiam-se. O trabalhador era, ao mesmo tempo, membro de um organismo e peça de um maquinário mais complexo:

É indispensável para chegar a esse resultado que cada organização tenha uma estrutura estável e funcionamento definido. Quando todos os elementos de trabalho de uma empresa estão sinceramente imbuídos do espírito de solidariedade e de cooperação, a organização - tal como uma máquina bem ajustada e lubrificada - funcionará suavemente, sem choques e sem atritos, pronta sempre para os mais rápidos movimentos ou os mais surpreendentes esforços (REVISTA DO IDORT, n. 4, 1932, p. 1-2).

Tais mudanças refletiram no comportamento dos empresários, alterando suas posturas diante da classe operária. A retórica do organismo fabril ameaçado pelo vírus maléfico da rebeldia, comum nos anos 1920, condicionava atitudes saneadoras duras e coercitivas, no sentido de garantir a purificação e a assepsia do corpo em perigo. A fábrica compreendida como uma máquina complexa, como um relógio funcionando com precisão e ininterruptamente, conduziu a procedimentos diversos. O mau funcionamento, o conflito, passou a ser encarado como desajustamento, como consequência da seleção precária de peças que compunham o mecanismo fabril, como resultado da sua inadequação para os lugares a que foram destinadas. Sendo assim, mais do que expulsar ou eliminar o agente do conflito, o problema passava antes por reformá-lo, realocá-lo, treiná-lo de maneira adequada.

Essas mudanças decorriam de vários fatores interdependentes. Por um lado, das novas justificações da ordem industrial, a partir da compreensão de que a fábrica não se sujeitava exclusivamente às prerrogativas e desejos do capitão de indústria. Sujeitava-se igualmente às determinações de uma ciência da racionalização. Uma compreensão, como defendia Henry Ford, de que a fábrica constituía-se em instituição voltada para o bem coletivo. Os princípios, os métodos e os objetivos que nortearam a política de seleção, formação e treinamento da força de trabalho, presentes no pensamento de Roberto Mange e na criação do Serviço Nacional da Indústria (Senai), demonstravam as novas concepções introduzidas pela re-estruturação da fábrica, de acordo com o paradigma fordista.

Efetivamente tais mudanças devem ser compreendidas levando-se em conta, principalmente, a intensificação das pressões competitivas típicas do Sistema Interempresas capitalistas, bem como as resistências coletivas dos trabalhadores àquilo que Arrighi nominou de “comodificação plena de sua força de trabalho” (ARRIGHI, 1997, p.37), pois a partir dos anos de 1930 e 1940, a defesa e a incorporação de alguns elementos da nominada organização racional do trabalho, por alguns setores da indústria nacional, traduzia internamente tendências gerais do mundo capitalista no sentido de se integrar às exigências da Revolução Organizacional que marcou o período. Apesar da possibilidade de se identificar no Brasil as características gerais desse processo, sua combinação não ocorre num vazio histórico. Em proporções bem mais modestas, dadas as peculiaridades, dimensões e ritmos da industrialização brasileira no início dos anos de 1930, os impasses apontados por Arrighi nos Estados do núcleo orgânico do desenvolvimento capitalista, também fizeram-se sentir no Brasil.

O fato é que os anos 30 representaram um avanço e um aprofundamento dessa tendência intrínseca ao próprio nascimento da indústria. Primeiro porque as iniciativas anteriores não romperam com os parâmetros e

com a lógica definida pelo caráter personalista da gestão fabril dominante. Pelo contrário, foram absorvidas e redefinidas fortalecendo esse caráter. Em segundo lugar, abandonou-se, a partir dos anos 30, o caráter pontual das experiências e a realização isolada dos estudos sobre organização científica do trabalho, garantindo sua difusão e inserção prática nos meios empresariais, nas elites governantes e diferentes setores da sociedade. A criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), em 1932 em São Paulo, a atuação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Centro e depois Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em 1942, representaram a dimensão teórico-ideológica, legal e prática, desse mesmo movimento.

A história dos conflitos entre trabalhadores e empresários, a partir do término da Primeira Guerra, principalmente nos anos de 1917-19 e 1929-33, revelou que tais transformações constituíram-se em exigência necessária à continuidade do processo de acumulação de capital a partir, agora, do aprofundamento do desenvolvimento industrial, da reorganização, portanto, do universo fabril, segundo os princípios da Organização Científica do Trabalho.

De acordo com um dos idealizadores e criadores do Idort, Aldo Mario de Azevedo, os fatores determinantes na introdução dos princípios da "Organização Racional do Trabalho" no Brasil, apontados no discurso inaugural do Instituto, foram, primeiro, a necessidade de superar o caráter isolado e espontâneo que se encontravam os estudos sobre as atitudes, normas e métodos da racionalização do trabalho, sendo, portanto, necessário promover sua centralização e sistematização a partir das iniciativas de um único instituto. Em segundo lugar, necessitava-se superar as dificuldades geradas pela depressão econômica desencadeada pela crise de 1929. E, finalmente, tentava-se ultrapassar os obstáculos colocados pela "luta de classes". De acordo com Aldo Mario de Azevedo:

Finalmente, a revolução de fins do ano passado trouxe, como era natural, uma agitação reivindicatória nas grandes camadas inferiores do cone de areia que simboliza nossa formação social e provocou igualmente uma recrudescência das chamadas lutas de classes tão prejudiciais ao desenvolvimento e mesmo ... existência de um organismo único, como , um país (AZEVEDO, 1932, p.35).

A importância da crise de 1929 e da onda de greves e conflitos que se seguiram até pelo menos 1934, estava no fato de colocar em evidência os fundamentos agravados, mas não alterados pela crise, sob os quais se basearam o processo de crescimento industrial no Brasil: combinação de formas diversas de exploração, disciplinarização e controle da força de trabalho, em detrimento tanto da adoção de formas modernas de gestão e organização fabril, quanto do emprego de equipamentos e maquinários originados do processo de inovações tecnológicas.

A natureza das questões que estavam no centro dos debates, nas greves que marcaram a entrada nos anos 30, chamava a atenção para o nível de crítica direcionada às formas de exploração e aos esquemas tradicionais de organização e controle operário na fábrica. As principais reivindicações ligavam-se, naturalmente, à questão salarial e à manutenção dos empregos. As entidades operárias, como a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, a UOFT, a União dos Artífices em Calçados e o Sindicato dos Operários em Fábricas de Vidros, lutavam no sentido de evitar que os trabalhadores ficassem com o ônus da crise. Juntamente com as reivindicações "principais", havia outras "menores", específicas do espaço fabril: higiene dos ambientes fabris, autoritarismo de mestres, abuso do trabalho de menores, multas, intervalos para descanso durante a jornada de trabalho, reconhecimento de comissões de fábrica, entre outras. O importante, nesse momento, era que a articulação das grandes e pequenas reivindicações, conduzia os trabalhadores a compreenderem os modos de exploração vigentes, agravados pela crise: a obtenção do máximo de produção sem arcar com os riscos e custos da crise.

Nesse sentido, esclarecem-se as denúncias sobre a experiência das condições de trabalho feitas pelos trabalhadores que, vividas e expressadas como luta pela dignidade da vida e do trabalho cotidiano, foram além da sua referência localizada para surgir como resistência simbólica e política ao modelo estabelecido de exploração, certamente tido como normal e 'natural' pelas classes dominantes (PAOLI, 1982, p. 30).

Em junho de 1931, os operários da Fábrica Brasileira de Seda, localizada em São Paulo, entraram em greve exigindo a dispensa do mestre da seção de tecelagem, além do reconhecimento, pela empresa, de comissões representantes dos operários da fábrica. No mês seguinte, 40.000 operários das principais fábricas têxteis da capital paulista (Matarazzo, Crespi, Adamastor, entre outras) paralisaram suas atividades reclamando redução da jornada de trabalho, diminuição do número de teares sob responsabilidade de cada tecelão, proibição do trabalho noturno para menores e mulheres, aumento das diárias e reconhecimento das comissões de fábrica (A PLATEA, 28 jul. 1931, p. 18-20).

Quase um ano depois, maio de 1932, os ferroviários da São Paulo Railway, os operários de várias fábricas de calçados, os vidreiros e têxteis promoveram uma greve geral na capital do Estado. O movimento começou na cidade de São Paulo, em 2 de maio, a partir da paralisação dos ferroviários, com adesão dos trabalhadores das indústrias de calçados, dirigidos então pela União dos Artífices em Calçados. Em seguida, o sindicato dos vidreiros decretou greve depois de uma assembleia geral da categoria. Em meados do mês, os tecelões também entraram em greve, junto com padeiros e empregados em hotéis e restaurantes. A partir desse momento, com o apoio da Federação Operária de São Paulo, o movimento se estendeu para o interior do Estado (LEME, 1987). Na lista das reivindicações, além da redução das jornadas de trabalho, aumento salariais, aplicação da legislação trabalhista, constava também uma série de exigências destinadas a inviabilizar o padrão de uso e controle da

força de trabalho dominante até aquele momento: demissões de mestres, aceitação do delegado sindical dentro das fábricas, adoção de medidas de higiene e conforto nos locais de trabalho, extinção do sistema de multas, abolição da Caderneta do Trabalho e carteira profissional, reconhecimento das comissões de fábrica, abolição das mensalidades obrigatórias dos grêmios esportivos internos das fábricas etc.³

A ação do Estado, visando colocar fim ao movimento, apontava para um novo tipo de relação que passou a manter com a indústria. A repressão não se deu apenas a partir de intervenções pontuais e atos arbitrários como a prisão e expulsão sumária das lideranças envolvidas, destruição de jornais, invasão de sindicatos, proibições de manifestações etc como era comum durante a Primeira República. Inaugurava-se uma nova fase, embrionária nos anos 20, baseada, sobretudo, numa intervenção normativa e sistemática do Estado, com o objetivo de encerrar de vez com as sucessivas explosões dos conflitos industriais (FAUSTO, 1986).

Construiu-se, dessa nova postura do Estado, toda uma legislação voltada para a assimilação, ao invés da pura exclusão, da classe operária. Leis como a Adolfo Gordo de 1913, a "Lei infame" de 1921 e a "Lei Celerada" de 1927, possuíam caráter claramente repressivo e pretendiam "depurar" a população operária dos denominados "maus elementos". Previam penalidades severas para todos aqueles que participassem de greves ou movimentos de caráter "subversivo". Permitiam desde o fechamento das entidades de classe até a expulsão do país dos operários de origem estrangeira, então um segmento importante dos trabalhadores mais envolvidos nos movimentos reivindicativos.

A partir de 1930, esse processo completa-se e aperfeiçoa-se. Os vários decretos, leis e portarias que caracterizaram a ação do governo getulista na nominada questão social, incorporava, por um lado, as reivindicações operárias

³ Verificar o semanário *A Platea* e o jornal *O Estado* de São Paulo no mês de maio de 1932.

presentes nas manifestações das décadas anteriores, como instituição do salário mínimo, jornada diária de 8h, estabilidade no emprego, repouso semanal e férias anuais remuneradas, regulamentação do trabalho de mulheres e crianças, entre outras. Por outro lado, iniciava um processo de nacionalização do trabalho por meio da decretação da Lei dos Dois Terços no final de 1930, determinando que as empresas do setor industrial e de serviços tivessem pelo menos 2/3 de seus empregados composto por brasileiros natos. Estreitava, ainda, por meio de mecanismos legais como a Lei de Sindicalização (Decreto n. 19.770, de 19 de março de 1931), o controle sobre as entidades representativas dos trabalhadores, proibindo o direito de greve e atrelando os sindicatos ao recém-criado Ministério do Trabalho. Esse procedimento jurídico-administrativo não eliminou as formas de controle baseadas na repressão policial sobre as experiências de organização autônoma de sindicatos (que vinham se acumulando ao longo dos anos 10 e 20), mas teve nelas um complemento fundamental.

No plano da fábrica, os métodos repressivos de expurgo, típicos dos anos 1920, começaram a ser substituídos por uma modalidade de ação mais sutil e mais eficiente. Os recursos da força ainda seriam empregados nos momentos críticos, como demonstram os apelos dos empresários contidos nas circulares do CIFTSP durante o movimento grevista de 1931 e 1932 em São Paulo, quando chamavam pela intervenção da polícia e do exército para impedir a "perturbação da ordem" nas fábricas e garantir o "restabelecimento do trabalho normal".⁴ A partir desse momento, desenvolveram-se esforços mais sistemáticos no sentido de estabelecer mecanismos de obtenção do consenso operário para as regras e atitudes entendidas como mais adequadas ao funcionamento da sociedade industrial, assim como diminuir a interferência

⁴ Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP), Circular n. 1084, São Paulo, 22 jul. 1931. Verificar circulares de todo mês de junho de 1931.

e importância dos elementos subjetivos no ritmo e eficiência da produção fabril, a partir dos métodos da racionalização do trabalho, de acordo com os princípios tayloristas.

No geral, o sucesso das alterações no processo produtivo pressupunha a construção de um novo tipo de trabalhador e uma nova concepção acerca do próprio ato do trabalho. Isso se tornou a estratégia central de legitimação da ordem econômica industrial e do quadro institucional que a viabilizou. A regulamentação do mercado de trabalho, a definição das regras de compra e venda, de uso e controle da força de trabalho, a identificação promovida, no Período Vargas, entre trabalho e riqueza nacional, trabalho e cidadania, trabalho e ascensão social, foi fundamental, não apenas para garantir a legitimidade do bloco de alianças políticas costurado em 1930 e seu projeto de construção do Estado Nacional, mas garantir, também, a racionalidade e estabilidade do desenvolvimento econômico e do processo de "*modernização*" da sociedade brasileira.

4. Estado, indústria e sociedade nos anos de 1930

O Estado, com suas funções redefinidas, desempenhou papel fundamental na criação das condições que permitiram o sucesso da fábrica fordista no Brasil. Na questão relativa à força de trabalho, o projeto de elaboração de uma identidade coletiva para a classe operária, não foi apenas fundamental para a consolidação do padrão de participação política desejável pelo sistema, mas também para a criação do trabalhador padrão: um operário politicamente obediente e mobilizado pelas campanhas ideológicas do regime, economicamente produtivo e disciplinado, cumpridor fiel das ordens e regras estabelecidas pelos técnicos da produção e moralmente integrado nos esquemas de reprodução da força de trabalho (GOMES, 1988, p. 144). Esse era o ideal do operário fordista que o Estado brasileiro esforçou-se em construir.

O Estado, por meio da formação de equipes de especialistas e lideranças empresariais, instrumentalizados por métodos e uma argumentação cientificista, realizou pesquisas e formulou diversos projetos de saúde pública, habitação popular, educação, alimentação etc. Além disso, desencadeou campanhas de dignificação do trabalho e valorização do trabalhador nacional, investindo na construção de uma ética do trabalho como valor básico do homem brasileiro e do Estado Nacional.

A ideologia da superioridade racial, argumento chave na defesa dos privilégios e justificativa do poder das elites, não apenas brasileiras, vigorou entre nós durante muitos anos até, pelo menos, o início do século XX. A separação dos indivíduos entre raças "*purus*" e "*superiores*", e as raças "*degeneradas*", "*impuras*" e "*inferiores*", fora encarada como fato natural e inquestionável. A aceitação desse "fato científico" colocava o organismo social, segundo as teorias positivistas e cientificistas do século XIX, no rumo da ordem e do progresso (HOBSBAWM, 1996). Não foram poucos os autores, no início do século XX, que se esforçaram para construir uma imagem idealizada do industrial paulista, como indivíduos pertencentes a uma raça superior, colocados em nível mais elevado da evolução humana, dotados de iniciativa e capacidades que os diferenciavam daqueles localizados em níveis inferiores: os escravos, os brancos pobres, as mulheres etc. Aos "homens superiores" pesava a responsabilidade social pela existência dos mais fracos e pelo desenvolvimento da nação.⁵

Essas ideias e argumentos foram progressivamente perdendo a importância na medida em que as relações capitalistas, fundamentadas no mercado de compra e venda da força de trabalho, desenvolviam-se no Brasil. O processo mais acentuado foi em São Paulo, pois a região não apenas assistiu um maior desenvolvimento das novas relações de trabalho, como também um

⁵ Ver a Introdução do trabalho de Antonio Francisco Bandeira Jr. (1901).

contingente expressivo de trabalhadores urbanos era composto, a partir do início do século, de imigrantes europeus, pertencentes, portanto, teoricamente à "*raça superior*".

O esforço de reflexão de políticos, lideranças empresariais e intelectuais brasileiros orientou no sentido de justificar as desigualdades sociais e políticas a fatores ligados à formação moral dos indivíduos. Esse novo enfoque do problema social ficava evidente nas políticas de higiene e saúde pública desencadeada pelo poder público municipal em São Paulo, mais acentuadamente a partir de 1925, com a reforma na administração sanitária do Estado, a denominada Reforma Paula Sousa. Iniciou-se, a partir de então, a ação do Instituto de Higiene de São Paulo e, posteriormente, nos anos 1930, o trabalho da Faculdade de Higiene e Saúde Pública.

A partir de procedimentos tidos como científicos, promoveu-se o esquadramento minucioso dos espaços de vida e trabalho do operariado urbano paulista, no qual se buscava detectar as causas dos altos índices de doenças infectocontagiosas, dos surtos epidêmicos, da insalubridade e dos acidentes nas fábricas. A desinformação, os maus hábitos e a precariedade da formação moral dos operários apareceram como uma das principais causas dos problemas de Higiene e Saúde existentes na cidade. As soluções apresentadas enfatizavam, portanto, a necessidade de um programa de educação higiênico-sanitária junto às massas operárias, como o meio eficaz de constituir um operariado fisicamente sadio, produtivo e moralmente disciplinado, tal como exigia a sociedade industrial. Para isso, a investida dos poderes públicos e particulares no cotidiano operário, atingiu igualmente as formas de habitação, hábitos alimentares, educação, lazer etc. (DECCA, 1987).

Essa mudança de percepção gerou consequências importantes. Ela estava na raiz das iniciativas particulares que visavam regulamentar o modo de vida e reformular as formas de agir, pensar e sentir dos trabalhadores urbanos e

fundamentava a interferência do poder público nos problemas relacionados ao trabalho, criando uma nova esfera de atuação do Estado.

Tornava-se cada vez mais evidente que o dia a dia da produção dentro das fábricas dependia do que ocorria fora dela. Fora, portanto, dos territórios do poder privado. Era preciso, então, conquistar esses territórios em expansão, como demonstravam as iniciativas de grandes empresários na construção de vilas operárias, escolas, creches, centros de lazer etc. Tais iniciativas, entretanto, não possuíam abrangência sobre toda a vida dos trabalhadores na cidade, limitando sua eficácia no controle que pretendiam exercer sobre as condições de reprodução, material e cultural, da força de trabalho na capital paulista.

Apesar da importância de experiências como as da fábrica Maria Zélia e da Fábrica Votorantim, nos anos 1920, ou das Indústrias Nadir Figueiredo nos anos 1940, não ultrapassaram a condição de experiências isoladas, só adquirindo importância quando foram encampadas como protótipos de modelos abrangentes de controle da vida operária, patrocinados geralmente pelo poder público. Isso começou a ocorrer efetivamente a partir dos anos 30 e 40, quando se desencadearam ações públicas com o objetivo de elevar o padrão moral do trabalhador brasileiro. A partir desse momento, a questão da construção de um povo disciplinado, de uma nação moderna, integrada nos quadros dos países desenvolvidos, apareceu como objetivo central da ação do Estado. Iniciaram-se ações deliberadas visando recuperar o conceito de trabalho como força criadora de riqueza e bem-estar social, eliminando as heranças de quase quatro séculos de predomínio de relações escravistas e recuperar a imagem do trabalhador nacional, considerado, até então, inadequado para o trabalho moderno.

Essas iniciativas dirigiram-se para problemas dentro e fora da fábrica. Ao contrário do que ocorria na Primeira República, quando a produção fabril adaptava-se às condições impostas pela realidade econômica e social, em geral

fora do seu controle, após 1930 assistiu-se uma inversão. As necessidades e os interesses do mundo fabril passaram a ditar a natureza e o nível das mudanças promovidas na sociedade brasileira. Essa inversão pode ser detectada na nova postura do Estado e nas suas novas esferas de intervenção, como, por exemplo, na regulamentação do mercado de compra e venda da força de trabalho, assim como nas novas condições de sua reprodução.

5. O novo trabalhador nacional e o problema da moradia operária

Um dos problemas muito discutido por industriais, intelectuais e políticos nos anos 1930 e 1940, foi o da moradia operária. A solução do problema do "lar do trabalhador", como diziam, era fundamental durante a II Guerra, quando o trabalhador nacional foi submetido a um regime de sobrecarga de trabalho e privações, vendo piorar ainda mais suas precárias condições de vida e trabalho. Objetivos políticos e econômicos sustentavam as diversas declarações sobre o problema da habitação operária. De um lado, a casa, o lar unifamiliar, era considerada

não como simples aposento destinado a pouso individual ou familiar, mas como instrumento de aperfeiçoamento moral das sociedades. (...) É, pois, como objeto desse ideal e em função do que representa como fator de equilíbrio e tranquilidade coletiva que a casa constitui um problema de maior relevância, a que o Estado dispensa especial atenção (ALENCAR, 1943, p. 12; 121).

Por outro lado, a casa permitiria

enraizar camadas até então pouco sedentárias e facilmente propensas a migrações internas. Essas frequentes mudanças de residência dos trabalhadores prejudicam o desenvolvimento da indústria e da agricultura, que não podem contar com a necessária reserva de braços. Ligar o assalariado ao lugar de ocupação ou, pelo menos, à região, estabelecendo ali residências convenientes, implica a formação de profissionais especializados, que tanto faltam ao país (CULTURA POLÍTICA, 1943, p. 76).

As discussões sobre a questão da habitação operária possuem histórico mais amplo, envolvendo interesses patronais e estatais sobre a vida operária fora da fábrica. A investida empresarial nos locais de habitação operária, assim como na regulamentação do seu modo de vida e trabalho, criando formas de lazer, hábitos, disciplina sexual etc, iniciaram-se com a construção das vilas operárias. Prática comum nas primeiras iniciativas industriais, localizadas, em geral, em pequenas cidades interioranas, como a Fábrica Votorantim, em Sorocaba, onde era maior a preocupação em manter, de maneira segura e estável, a presença de um grupo de trabalhadores já treinados nas tarefas produtivas e habituados à disciplina fabril. Na capital paulista, algumas grandes fábricas do início do século, como as de Jorge Street, Matarazzo, Companhia de Calçados Clark, entre outras, incorporaram esse sistema de controle e disciplinarização da força de trabalho.⁶ Embora nesses casos, em função da maior dimensão do mercado de trabalho, as casas das Vilas ficassem reservadas apenas aos operários tecnicamente qualificados, além de mestres e contramestres. Foi o caso, por exemplo, da construção na rua da Mooca, de casas destinadas exclusivamente a cervejeiros empregados na Companhia Antártica.

A construção de casas para moradia dos operários junto às fábricas implicava em controle e interferência direta do industrial no modo de vida dos trabalhadores. Essas atitudes eram justificadas por argumentos de caráter filantrópico:

⁶ Segundo Boris Fausto: "A grande empresa têxtil, sobretudo quando localizada na periferia das cidades, tendeu a converter-se em um núcleo até certo ponto autônomo, com a implantação de serviços que revelam a mudança de comportamento de alguns industriais. Creches, jardins da infância, armazéns, restaurantes, casas fornecidas pela companhia, assistência médica começaram a surgir em grau variável, em fábricas como a Votorantim, a Maria Zélia dirigida por Jorge Street (...) De qualquer forma, a arregimentação nas 'modernas aldeias' resultou em fonte adicional de poder dos empresários sobre os trabalhadores, a ponto de alcançar sua vida privada" (FAUSTO, 1986, p. 116-117).

Como na Itália, no Brasil, hoje, a questão da habitação é um problema quase insolúvel, porque o aluguel da casa mais modesta absorve boa metade do salário de uma família. Um operário que ganha uns 200 ou 300 mil réis por mês, como pode pagar 100 ou 200 pela habitação?

Seguiam-se a esse, argumentos de caráter higiênico e moral:

Eis por que se vê, tantas vezes, anti-higiênica, imoral e infecta promiscuidade de numerosíssimas famílias, entocadas em verdadeiros tugúrios, onde não raro pais e filhos, sem distinção de sexo, vivem no mesmo quartinho e, às vezes, ocupam a mesma cama. Assim, enquanto no lar se desenvolve o instinto sexual entre obscenidades, não faltam os que buscam fora, na pinga ou em outras bebidas, esquecimento para a sua miséria.⁷

A tentativa de transformar a força de trabalho em elemento totalmente subordinado, adquirido pelo industrial, assim como o maquinário e a matéria-prima, conduziu à compreensão da vila industrial como um sistema eficiente de domínio não apenas econômico, mas espiritual, moral e físico dos trabalhadores. Jorge Street deixava claro quais eram seus objetivos:

Quero dar ao operário não só ótimas condições de trabalho e consciência do seu valor na produção na qual coopera, mas um verdadeiro bem-estar na sua casa, tanto do ponto de vista financeiro, como higiênico e moral.(...) Quis dar ao operário, enfim, não só bem-estar econômico (...), não só uma belíssima habitação, pela qual fora da fábrica teria que pagar, talvez, metade do seu salário, mas também a possibilidade de não precisar sair do âmbito da pequena cidade que fiz construir à margem do rio, nem para a mais elementar necessidade da vida, nem para a educação dos filhos, deveres religiosos, distrações nas folgas dominicais, dando a banda de música formada entre os próprios operários, seus concertos em festas e não faltando jogos esportivos e espetáculos para amenizar, de certo modo, a monotonia da vida do trabalhador. Consegui assim, proporcionando, também, aos operários, distração gratuita dentro do estabelecimento, evitar que frequentem bares, botequins e outros lugares de vício, afastando-os especialmente do álcool e do jogo (STREET, 1980, p. 454-455).

A grande parte da massa operária que se empregava nas fábricas paulistas, entretanto, não tinha na Vila Operária a forma típica de habitação. O cortiço constituiu a forma de moradia mais comum. A Vila Operária, apêndice da fábrica, apresentava-se como o ideal disciplinado e harmônico, fartamente

7 Alfredo Cusano, *Il Brasile... Gli Italiani e la Guerra* (1921), citado em Street (1980, p. 460).

elogiado e recomendado pelos técnicos como a melhor solução para o problema da habitação operária na capital. Contrastava com a realidade trágica dos bairros onde se concentravam as moradias operárias. No início do século, um observador descrevia o aspecto desses bairros da seguinte forma:

Nem um conforto tem o proletário nesta opulenta e famosa capital.

Os bairros em que mais se concentram por serem os que contém maior número de fábricas, são os do Braz e do Bom Retiro.

As casas são infectas, as ruas, na quase totalidade, não são calçadas, há falta de água para os mais necessários misteres, escassez de luz e de esgotos (BANDEIRA Jr., 1901, p. XIV).

O cortiço, forma dominante de moradia operária nestes bairros, possuía as seguintes características:

Casário de um andar, composto de duas filas de aposentos baixos, sujos, úmidos, minúsculos, pouco arejados, limitando uma série de pequenos pátios. Eis como geralmente se apresenta um 'cortiço'. Em cada cubículo, verdadeira colmeia humana, com frequência se comprime toda uma família de trabalhadores, às vezes composta de oito ou nove pessoas (FANFULHA, 11 out. 1904, apud PINHEIRO; HALL, 1981, p. 134).

As dificuldades mais sérias na resolução dessa questão estavam nos próprios fundamentos da ordem econômica liberal. Em 1916, um funcionário do Departamento Estadual do Trabalho, publicava no *Boletim* do órgão, artigo chamando a atenção para os problemas que envolviam a resolução da questão da precariedade higiênica das habitações operárias. Em primeiro lugar, os baixos salários usualmente pagos pela indústria excluía a possibilidade de solução pelo próprio trabalhador:

A exiguidade do salário, comum às grandes indústrias em toda a parte, mas que nem por isso é uma consequência 'natural', necessária e irremovível da vida fabril, põe o operário entre as pontas de um angustioso dilema: ou comer pouco e mal, ou morar num cortiço. Em nove sobre dez casos, ele opta pela segunda solução. Obedece ao estômago (BOLETIM..., 1916, p. 374).

Do ponto de vista dos proprietários, a melhoria das condições higiênicas barrava nas expectativas de lucro que o negócio poderia proporcionar. A construção de habitações populares era um campo de investimentos de capitais e obedecia a mesma lógica da acumulação presentes nos outros setores das atividades econômicas:

Quem conhece os hábitos dos nossos senhorios, quem sabe que altos juros podem dar as casas construídas em épocas de mão-de-obra e material baratos, certamente não acalenterá fagueiras esperanças acerca da solução do problema por parte dos capitalistas (BOLETIM..., 1916, p. 376).

Diante dessas dificuldades, apontava como única saída: a interferência direta do poder público. A sugestão de mudança de atitude por parte do Estado, contradizendo alguns princípios do liberalismo, não constituía propriamente uma novidade naquele momento. O Estado liberal brasileiro, em vários momentos da sua história, havia cedido às pressões de setores privados no sentido de aprofundar seu poder regulamentador.⁸ A novidade estava na reivindicação da intervenção estatal num novo campo: no mercado de trabalho e nas condições de reprodução da força de trabalho. A proposta de uma nova postura refletia o caráter cada vez mais ameaçador dos movimentos grevistas nas principais cidades do País (BONDUKI, 1998, p.95).

Como, indiretamente, sugeria o funcionário do Departamento Estadual do Trabalho (DET), em *Boletim* de 1916, o tipo de moradia, assim como as condições gerais de vida dos trabalhadores urbanos no Brasil adequava-se perfeitamente à lógica que presidia o regime de acumulação vigente, simbolizado nas cidades pela fábrica manchesteriana e por um sistema de gestão e controle caracterizado pelo privatismo autocrático.

Até os anos 1930, o crescimento industrial paulista ocorreu baseado num número limitado de grandes empresas concentradas em alguns pontos da

⁸ Podem ser citados, como exemplos, a política de valorização do café, a política imigratória e a política tarifária. Ver a esse respeito, Santos (1988, p. 88).

cidade. Entretanto, mais do que a mera concentração espacial da indústria, foi o padrão de uso e controle da força de trabalho, no qual o mecanismo básico de ampliação do excedente assentava-se na pura e simples compressão salarial, extensão das jornadas e preferência pelo trabalho de mulheres e crianças, que terminou por condicionar um tipo de moradia coerente.⁹

A re-estruturação progressiva nos métodos de produção e trabalho, de acordo com os paradigmas fordistas, e a consolidação da indústria como centro da vida econômica, passaram a exigir, cada vez mais, a interferência e a regulamentação de aspectos ligados à vida pessoal dos trabalhadores, como o lazer, habitação e a vida sexual, na medida em que esses fatores passaram a interferir de maneira direta nos índices de produtividade industriais. Como foi assinalado por Gramsci:

Deve-se destacar o relevo com que os industriais (...) se interessaram pelas relações sexuais dos seus dependentes e pela acomodação de suas famílias (...); a verdade é que não é possível desenvolver o novo tipo de homem solicitado pela racionalização da produção e do trabalho, enquanto o instinto sexual não for absolutamente regulamentado, não for também racionalizado (GRAMSCI, 1990, p. 392).

Para ele, essas iniciativas não tinham nada de "puritanas", mas tinham o objetivo de "conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção" (GRAMSCI, 1990, p. 392).

O atendimento desses objetivos implicava na organização de uma nova forma do "lar" operário. A adoção dos novos métodos de produção, marcados

⁹ Para Kowarick e Ant, "O padrão de exploração do trabalho imperante nos primórdios da industrialização supunha que o trabalhador morasse nas proximidades do seu emprego, pois além das costumeiras jornadas de 14h ou mais de trabalho, os gastos com os transportes em bondes, se as distâncias fossem mais longas, seriam extremamente elevados e, portanto, incompatíveis com a compressão salarial imperante na época. Assim o cortiço, possibilitava ao capital industrial em formação reproduzir a mão de obra a custos extremamente baixos, forjando uma modalidade de exploração em que todos os membros da família operária eram obrigados a trabalhar, o que, a seu turno, rebaixava a média dos salários pela incorporação em massa de crianças e mulheres no processo produtivo" (1994, p. 49).

pela racionalização das tarefas e pela alta produtividade, fazia uso, ainda, do sistema de vila industrial como forma de manter satisfeita e em "*bom estado de uso*" a "*maquinaria*" humana. O próprio Fayol, um dos idealizadores da gerência científica, defendia ainda o direito da ação patronal fora do âmbito da fábrica:

O patrão, ainda mesmo que no interesse do negócio, deve cuidar da saúde, da força, da instrução, da moralidade e da estabilidade de seu pessoal. Esses elementos, que contribuem para a boa marcha de um negócio, não são adquiridos unicamente na oficina; eles se formam e se aperfeiçoam também, e principalmente, fora dela: na família, escola, na vida civil e religiosa. O patrão é levado pois a ocupar-se de seus agentes fora da usina e aqui aparece de novo a questão da medida. (...) ...a ação patronal pode exercer-se utilmente fora, desde que discreta e prudente, fazendo-se conquistar mais do que se impor, procurando estar ao nível da cultura e das preferências dos interessados, respeitando de modo absoluto sua liberdade. Deve ser uma colaboração benévola e não uma tutela tirânica. É essa uma condição indispensável de sucesso (FAYOL, 1954, p. 43).

Aos poucos, abandonaram-se essas práticas diretas e explícitas de intervenção. A solução para o problema da moradia não veio com a expansão e proliferação da vila operária. No lugar do cortiço, concentração explosiva e espaço urbano de organização autônoma do operariado na Primeira República, iniciou-se o processo de periferação da moradia operária a partir dos anos 1930, cuja base era a casa-própria, unifamiliar e construída pelo próprio trabalhador nas horas de folga, geralmente em loteamentos carentes de infraestrutura urbana e distantes da fábrica, inaugurando o que Lúcio Kowarick denominou de "*padrão periférico de crescimento urbano*" (1988, p. 36). Isto se deveu, entre outras coisas, ao crescimento urbano de cidades, como São Paulo, centros do processo de industrialização. Resultou em distanciamento espacial cada vez maior entre a fábrica e a moradia operária.

Ao contrário do cortiço, a vila industrial jamais se constituiu numa modalidade típica de habitação operária, mas foi incorporada como modelo teórico a ser reproduzido numa escala maior no espaço urbano, como mecanismo criador de uma força de trabalho disciplinada para os novos

métodos de produção. Ao distanciamento espacial correspondeu um estreitamento ideológico. A função que a nova ordem industrial reservava para a família operária não necessitava mais da contiguidade física com a fábrica. A participação sistemática do Estado, no sentido de criar uma nova ética do trabalho e um novo tipo de trabalhador, permitiu que a fábrica expandisse seus métodos e princípios para a reordenação da sociedade como um todo. Aos poucos a cidade rendeu-se às necessidades da fábrica, que impunha sua lógica.

A nova ética da produtividade, da eficiência, da racionalização propostas por Taylor, exigia o reforço da família, a regulamentação e a estabilidade das relações sexuais. Segundo Gramsci, a monogamia apresentou-se como a forma de organização familiar que melhor correspondia às necessidades da nova etapa do processo de racionalização da ordem industrial:

Percebe-se claramente que o novo industrialismo pretende a monogamia, exige que o homem-trabalhador não desperdice as suas energias nervosas na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai ao trabalho depois de uma noite de 'desvarios' não é um bom trabalhador, a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos processos de automação (GRAMSCI, 1990, p. 399).

Esse era o sentido das propostas empresariais. Roberto Simonsen participou como conferencista na inauguração da Jornada da Habitação Econômica, promovida pelo Idort, em setembro de 1941, quando defendeu a importância moral e econômica da construção de moradia unifamiliar para as classes trabalhadoras. A habitação não era compreendida como mero abrigo, mas espaço que deveria integrar-se nos esforços de desenvolvimento econômico e que, portanto, deveria adequar-se às funções e posições sociais que os indivíduos ocupavam. Em dezembro de 1938, em Conferência proferida durante a Jornada Contra o Desperdício, afirmava o seguinte:

De fato, para determinadas classes, que ocupam postos de direção e que necessitam de condições de conforto e de ambientes propícios a trabalhos intelectuais, os fatores dominantes para o critério do desperdício de espaço

não podem ser iguais aos das habitações coletivas, onde em geral residem pessoas que exercem suas atividades em esferas de menor responsabilidade, ou que se dedicam a trabalhos quase que meramente mecânicos (SIMONSEN, 1943, p. 54).

A Conferência de 1941 reforçava algumas conclusões do 1º Congresso Pan-Americano de Vivendas Populares, realizado em Buenos Aires em outubro de 1939, quando se chamou a atenção para a necessidade da ação conjunta do Estado e das capitais privados para a solução do problema das casas populares, dado “que o fomento dessas construções” era “um meio indispensável para conservar a ordem social nos Estados e o melhor elemento para levantar o nível cultural e moral dos que são por elas beneficiados” (SIMONSEN, 1941, p. 14).

As propostas do Congresso eram mais abrangentes. Defendiam a ideia de que o cotidiano do trabalhador, seus hábitos alimentares, lazer, organização do lar etc, devia ser apropriado por técnicos em legislação, finanças, urbanismo, higiene, arquitetura, educação, serviços sociais, entre outros, no sentido de garantir a implantação dos métodos da racionalização.

Na segunda década do século XX, Roberto Simonsen já havia se envolvido na construção de um bairro operário em Santos, que seria, segundo ele, modelo a ser expandido, empregando os métodos da organização científica do trabalho e proporcionando grande redução dos custos da obra. A experiência fracassou em virtude da "angustiante precariedade dos recursos financeiros da massa trabalhadora" (SIMONSEN, 1941, p. 14). Nos anos 30 e 40, o problema do baixo padrão de vida médio do trabalhador continuava, segundo Simonsen, sendo o obstáculo central para a resolução do problema da moradia. A causa dessa situação, entretanto, não estava nos fundamentos da ordem econômica e social vigente no Brasil, mas no grau incipiente do seu desenvolvimento. Nos países europeus e na América do Norte, por exemplo, com o auxílio da máquina e da "*eficiência produtora*", conseguiu-se

Alcançar um grau superior de enriquecimento, e em consequência, um mais elevado padrão de vida. (...) Em país da nossa formação, é pelo preparo individual, pelo desenvolvimento intenso da técnica, pela importação e pela criação de capitais, por uma contínua preocupação de adaptar os habitantes, em cada região, aos recursos econômicos que aí se possam mobilizar, que conseguiremos um aumento no rendimento efetivo e na capacidade de ganho de cada trabalhador (SIMONSEN, 1941, p. 12).

O problema passaria, então, pelo desenvolvimento econômico e industrial do País e pela re-educação e mudança nos hábitos de vida do trabalhador, no sentido de garantir sua adesão às condições do progresso e o aumento da sua produtividade e disciplina no trabalho. Somente assim ele poderia atingir um estágio superior e exigir melhor habitação e um padrão de vida mais alto.

Esse problema colocava-se com maior gravidade nas grandes cidades. O setor de moradia popular não se mostrava atrativo para os capitais particulares, pelas baixas rendas e os preços dos terrenos urbanos, que cresciam excessivamente. A periferação das construções implicava custosos investimentos públicos em serviços urbanos. Nesse sentido, Simonsen concluiu que as leis do mercado não seriam suficientes para resolver os problemas da moradia popular, e o que isso significava em termos de reprodução física e cultural da força de trabalho:

A casa moderna é uma verdadeira instituição biológica.(...) ...tem que possuir as indispensáveis condições higiênicas, tem que assegurar o abrigo e repouso aos componentes da família, tem que proporcionar o aparelhamento necessário ao preparo e serviço das refeições, tem que facilitar a criação e educação conveniente da prole, e, finalmente, tem que possibilitar um mínimo de distrações para os seus habitantes, de todas as idades (SIMONSEN, 1941, p. 15).

Para a solução do problema tornava-se indispensável a intervenção do Estado, já que era problema ligado à necessidade de conduzir e manter, diminuindo os atritos, a formação social brasileira. Esse objetivo, segundo sua visão, entrelaçava-se com a formação da nossa raça, com a higiene e saúde pública, com a alegria de viver de nossa gente. Um papel complementar poderia

ser cumprido pelas indústrias, fazendo construir nas proximidades das fábricas as residências de seus operários, obtendo as vantagens de ter como cooperadores homens de trabalho, com saúde e com mentalidade orientada para o progresso. Tal solução constituía uma forma de estabilizar o pessoal operário à medida que lhe facilitava a boa habilitação.

Seriam essas as medidas necessárias para garantir a intensificação da eficiência do homem nacional, fortalecendo-o, melhorando seu padrão de vida e valorizando, sob todos os aspectos, o trabalho no Brasil.

6. O novo trabalhador nacional e o problema da legislação social

As propostas empresariais e do Estado, durante os anos 30 e 40, demonstravam sintonia. Nas páginas da Revista *Cultura Política*, funcionários e intelectuais ligados ao Estado Novo discutiam a importância da intervenção do Estado no campo da previdência social, como forma de garantir o aumento da produtividade do trabalhador nacional e criar as condições da ordem política. O programa levado adiante pelo Estado não envolvia apenas a questão da moradia, mas também da alimentação, educação e lazer do trabalhador.

A ação do Estado deu-se em etapas. Inicialmente, limitou-se à proteção dos assalariados ativos, contra certos abusos empresariais, e dos inativos, não mais "*utilizáveis*" pelo sistema econômico. As medidas diziam respeito à regulamentação do trabalho das mulheres e menores, limitação das jornadas de trabalho, determinação de condições de higiene fabril, estabilidade no emprego e fixação de um padrão salarial. Em segundo lugar, as medidas referentes à previdência social envolviam indenizações por acidentes e doenças profissionais, aposentadorias, abonos, serviços médicos e hospitalares.

A garantia da "*paç social*", entretanto, dependia da ampliação da intervenção estatal, a ponto de satisfazer as

necessidades essenciais de cada indivíduo (...). Entre as necessidades básicas do homem inscrevem-se, sem dúvida, a alimentação, a habitação e a educação. Cabe, pois, ao Estado moderno suprir as eventuais deficiências da iniciativa individual e prover a satisfação dessas necessidades (CULTURA POLÍTICA, 1943, p. 74).

Na realidade, a ação do Estado Nacional, segundo seus ideólogos, não poderia limitar-se à criação de legislação social de caráter essencialmente defensivo, ou seja, tutelando determinados setores do operariado, ou promovendo reformas administrativas no âmbito das organizações profissionais e nos mecanismos de resolução dos conflitos trabalhistas como a justiça do trabalho. Propunha-se uma ação sistemática, tecnicamente orientada, no modo de vida e comportamento operário. Era preciso implementar medidas diretas que implicavam modificações nas capacidades produtivas do trabalhador. A saúde do trabalhador, sua capacidade física de trabalho e resistência dentro de uma divisão taylorizada do trabalho fabril, passava a ser compreendida como o "único capital com o qual eles concorrem no desenvolvimento da economia nacional" (METALL, 1943, p. 13).

A maneira indicada para se preservar a saúde do trabalhador implicava no aperfeiçoamento e generalização do conceito de seguro social. Os seguros contra a invalidez e velhice, e os voltados para a reparação dos acidentes de trabalho e moléstias profissionais, falhavam na medida em que eram encarados como visando apenas indenizar tardiamente os danos causados pelo processo produtivo. Propunha-se a adoção de medidas, providências e disposições que configurassem um "*programa profilático*", caracterizado, primeiro, por abranger "medidas que tentam impedir o extravio de valores produtivos - em terminologia sanitária falar-se-ia em evitar o enfraquecimento, o gasto ou a diminuição de forças orgânicas". Em segundo lugar, "as providências que visam enriquecer a economia nacional, ou, o que vale o mesmo, fomentar a robustez, física e mental dos que a compõem e criam". As primeiras, entendidas como de

caráter defensivo e, as segundas, vistas como forma de atacar os "fenômenos nocivos" (METALL, 1943, p. 13).

Em termos práticos, essas orientações concretizaram-se, nos anos 1940, na criação da Liga Nacional contra o Mocambo e nas propostas de melhoria das condições de habitação proletária, juntamente com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e instituições de seguro social. Em relação à questão do seguro social, defendia-se principalmente a generalização do seguro-doença, combinado com o seguro maternidade, completando-os com assistência médica e hospitalar, além de política sanitária eficaz no sentido de combater as doenças sociais.

No que se refere à questão da alimentação operária, o mecanismo de intervenção do Estado revelava não apenas a vigência da concepção taylorista da força de trabalho e a maneira como foi encarada a questão social pelo Estado Novo, mas também os meios de controle social implícitos nos procedimentos racionais e técnicos adotados. A gestão dos aspectos relacionados à vida do operário passou a ser considerada séria demais para ficar nas mãos dos próprios operários, como pode se ver na passagem abaixo:

Outro fato a assinalar e que tem servido para garantir a solidez das medidas tomadas, está no estudo acurado que é sempre feito dos costumes, do meio, das tendências, das necessidades do operariado e, sobretudo, da oportunidade medida antes de serem concretizadas em lei, determinadas aspirações. Por isso mesmo a nossa legislação social está profundamente identificada com o meio, com o operário e com a época. Não atende a grupos, nem a facções, mas à coletividade, ao Brasil (O OBSERVADOR ECONÔMICO, 1941, p. 33).

Assim começava uma reportagem, realizada em 1941, sobre a criação e legislação do SAPS, publicada no número 64 da Revista *O Observador Econômico*. A preocupação estatal com a alimentação operária começou em maio 1938, com a promulgação de decreto-lei dispondo sobre a instalação de refeitórios nas fábricas com mais de 500 operários. Em agosto, o Ministério do Trabalho concedeu um terreno, no Distrito Federal, para a construção do edifício que

sediaria o Restaurante Popular e o futuro Serviço de Alimentação da Previdência Social. Em outubro do ano seguinte, o Ministro do Trabalho autorizou o Instituto dos Industriários criar o Serviço Central de Alimentação, visando estabelecer uma campanha nacional de alimentação para promover a "progressiva racionalização dos hábitos alimentares do operário brasileiro", por meio de estudos de substâncias alimentares, realizando experiências relativas ao "metabolismo de base e ao metabolismo do trabalho", fixação de índices de boa ou má alimentação, fixação de custos mínimos da "*alimentação racional*" e fornecer subsídios para a criação de restaurantes populares e refeitórios fabris¹⁰. Em 1940, a experiência do Instituto dos Industriários estendeu-se para outros Institutos de Previdência ligados ao Ministério de Trabalho, processo que culminou na criação do SAPS pelo Decreto-Lei 2.478 de 5 de agosto. O novo Serviço visava a divulgação, nos meios operários e patronais, das formas e vantagens da "*alimentação racional*", e a viabilização material da construção dos restaurantes e refeitórios nas fábricas.

O Restaurante Popular da Praça da Bandeira, no Distrito Federal, constituiu o modelo básico a ser seguido pelos seus semelhantes. As refeições oferecidas no restaurante tinham como objetivo principal "fornecer mais energia e vitalidade para o maior sucesso e rendimento do trabalho diário". Nesse sentido, o tipo de alimento deveria ser adequado, mesmo quando encontrava resistência em hábitos arraigados, como o caso do estímulo ao uso do leite e a abstenção da farinha de mandioca. Era preciso criar novos hábitos que garantissem a alimentação do organismo, pois um "organismo mal alimentado depauperava-se, não tem energia, nem disposição para o trabalho".

O funcionamento interno seguia o padrão de racionalidade do mundo fabril: horários predeterminados, acesso ordeiro, "*sem atropelos, sem confusão*", ao interior do restaurante; sequência rígida de tarefas (entrada, pagamento,

lavatório, secadores, recebimento da bandeja, distribuição da refeição, acesso às mesas, consumo, devolução da bandeja, saída).

Não há aglomeração no salão de refeições, tudo corre debaixo da maior ordem e disciplina, tão perfeita e inteligente é a distribuição das atividades e obrigações dos empregados do Serviço. Entra sempre, de cada vez, no Restaurante, o número suficiente para almoçar, em dado espaço, de modo que, á medida que uns vão terminando, outros vão entrando, até que, decorrido certo tempo, o entrar e o sair se sucedem continuamente (O OBSERVADOR ECONÔMICO, 1941, p. 34).

A elaboração das refeições nas cozinhas do restaurante obedecia ao mesmo padrão: “A máquina ali faz prodígios. Lá dentro, tem-se a impressão de se estar numa oficina colossal onde se executam os mais intrincados trabalhos. Há máquinas e caldeirões para tudo. O serviço é perfeito. O pessoal, competente” (O OBSERVADOR ECONÔMICO, 1941, p. 39).

Os objetivos da intervenção do Estado no campo social, a promulgação de uma legislação de proteção ao trabalhador, a criação de instituições previdenciárias e a promoção de campanhas sanitárias, etc foram claramente explicitadas nos artigos da Revista *Cultura Política*. Havia, de fato, preocupação com o nível de vida da população trabalhadora e suas condições gerais de trabalho, assim como havia propostas de regeneração e re-erguimento moral pela valorização do trabalho e do trabalhador.

O trabalho foi elevado à categoria de atividade fundadora do Estado Nacional. A partir de uma "*concepção totalista do trabalho*", ou seja, envolvendo hierarquia que partia do trabalho manual até as atividades "*puramente espirituais*", Severino Sombra, Capitão do Exército, colocava o Estado como a "*expressão política do Trabalho Nacional*", e orientado por dois princípios básicos: "a cada um segundo o valor social do seu trabalho", e "todo homem, por seu trabalho honesto, deverá deixar aos seus filhos mais do que recebeu dos seus pais" (SOMBRA, 1941).

A política de valorização do trabalhador e do trabalho ocorreu simultaneamente à abolição de qualquer conteúdo ou significado classista relacionado ao termo. "Vêm-se homens, e não classes; considera-se o trabalho, e não categorias de trabalho". A partir daí, considerava-se trabalhador todos os que contribuíam para o "engrandecimento econômico, social, artístico,, científico, intelectual ou espiritual (...), todos os homens que produzem, que impulsionam o progresso, valorizam a sociedade, engrandecem a nação". O trabalho deixaria de ter apenas valor econômico, ou força de produção, transformando-se na base do progresso nacional e envolvido de sentido cívico, patriótico: "Logo o trabalho não é somente um meio de 'ganhar' a vida, mas também, e sobretudo, um meio de servir à pátria" (FIGUEIREDO, 1943, p. 43).

A importância dessa campanha da valorização, para a consolidação do capitalismo industrial, dentro dos moldes fordistas e tayloristas, constituiu-se em seu aspecto mais importante. A elaboração do conceito de trabalho, carregado de positividade, como condição de acesso à cidadania social, e a definição dos contornos gerais do trabalhador ideal, sadio, disciplinado e produtivo, ligava-se estreitamente ao processo, iniciado desde o final dos anos 1920, de transformação nas estruturas da economia brasileira.

Além dos problemas da habitação e da alimentação operária, um elenco de questões passou a definir o que deveria ser o mundo do trabalho. O espaço anteriormente ocupado pelas organizações operárias, suas avaliações, propostas e reivindicações, foi transferido para grupos de técnicos e especialistas a serviço do Estado, entendido nos anos 30 e 40 como Estado humanizado, "atuando em função das necessidades e aspirações coletivas, que ele deve registrar, coordenar, orientar", como Estado encarregado de uma missão "legítima e natural" que era ser instrumento de "formação e desenvolvimento do Homem",

o Estado, enfim, encarado como "uma técnica de construção do povo" (FIGUEIREDO, 1943, p. 43).

As novas questões sociais relacionavam-se a temas como desenvolvimento tecnológico, qualificação técnica do trabalhador, higiene mental do operário, entre outros; todos voltados para a formação de um trabalhador material e culturalmente adequado às necessidades de uma economia e sociedade "*moderna*".

7. Considerações Finais

Começamos apontando dois momentos marcantes sobre as visões e propostas construídas sobre o trabalho fabril e a indústria no Brasil. É possível, entretanto, detectar um eixo comum, uma problemática que permanece e se reitera, mas cujos argumentos vão se modificando e se atualizando, contorcendo-se conforme a ocasião colocava suas exigências. No início, percebe-se a tentativa de homens resolverem os problemas e desafios colocados por experiências novas (as ameaças iminentes de uma ordem social pós-abolição, urbanizando-se e industrializando-se) numa forma velha (na grade interpretativa do pensamento tradicional e das teorias raciais). Depois, vemos uma forma nova (os princípios da organização racional do trabalho) voltada para a preservação, ou a serviço, de experiências velhas (as formas tradicionais de uso e controle da força de trabalho). No primeiro caso, parece que o discurso coloca-se aquém da realidade e como que pretende contê-la. No segundo, o discurso ultrapassa, está além da realidade, preocupado, sobretudo, em preservá-la. Entre a tentativa de conter a mudança e a capacidade de preservar a tradição, resta a possibilidade de controle do inevitável. De qualquer maneira, não se trata aqui de constatar a já tão discutida defasagem ou elasticidade entre discurso e realidade, como traço distintivo da cultura brasileira, analisada na problemática das "ideias fora do lugar". Uma vez que o

discurso não pode ser visto apenas como estruturado, mas, sobretudo, a partir de sua força estruturante, os atritos entre uma dimensão e outra, aponta para as interações complexas que se estabelecem entre ação e pensamento, intervenção e justificativa. Neste caso específico que estamos analisando, aponta, sobretudo, para a permanência da problemática da disciplina e das possibilidades de controle social, como linhas de forças da história da sociedade brasileira.

Referências

- A PLATEA, 28 jul. 1931.
- ALENCAR, José M. Casa própria, aspiração popular. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 28, jun. 1943.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- AZEVEDO, Aldo M. Instituto de Organização Racional do Trabalho em São Paulo. *Revista do Idort*. São Paulo, ano I, n. 4, p.35-38, abr. 1932.
- AZEVEDO, Aldo M. Organizar. *Revista do Idort*. São Paulo, n. 3, mar. 1932.
- BANDEIRA Jr. Antonio Francisco. *A indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Diário Oficial, 1901.
- BENDIX, Reinhard. *Trabajo y Autoridad en la Industria*. Buenos Aires: EUDEBA, 1966.
- BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO. Os problemas das casas para operários. São Paulo, 1916.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BOTELHO, A. *Do fordismo à produção flexível*. A produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação de capital. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FFLCH-USP.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.
- CULTURA POLÍTICA. O Estado Nacional e o problema das casas operárias - Reportagem especial de Cultura Política. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 23, out. 1943.
- DECCA, Edgar De. *O Nascimento das Fábricas*. 5ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: DIFEL, 1986.

FAYOL, Henri. *Administração industrial e geral*. São Paulo: Atlas, 1954.

FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Estado Nacional e a valorização do homem brasileiro. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 28, jun. 1943.

FOUCAULT, M. História de violência nas prisões. In: *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 125-146.

GODOY, João Miguel Teixeira de. A fábrica e o mundo fabril nos estudos acadêmicos brasileiros. *História: questões & debates*. Curitiba, n. 52, p.175-203, 2010.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.

GORZ, Andre (org). *Crítica de divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

HIRATA, Helena. (Org). *Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993.

HOBSBAWM, Eric. *A era do capital - 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In. KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 49-74.

LEME, Maria Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

MACHADO FILHO, Oswaldo. *Sistema de Fábrica e Dominação Social*. Campinas, 1984. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/Unicamp.

MARONI, A. *Estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MAYO, Elton. *Problemas humanos de uma civilização industrial*. Buenos Aires: Galetea/Nueva Vision, 1959.
- MELLO, João Manuel C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: EdUnesp, 2009.
- METALL, Rudolf Aladar. Política social e política sanitária. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 24, 1943.
- MOORE Jr. Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NOGUEIRA, Otavio Pupo. *A indústria em face das leis do trabalho*. São Paulo: Escolas Salesianas, s/d.
- O OBSERVADOR ECONÔMICO. *Alimentação para os Operários*. Rio de Janeiro, n. 64, p. 33-34, maio. 1941.
- PAOLI, Maria C. Os trabalhadores urbanos nas falas dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. *Comunicação*. Rio de Janeiro, n. 7, p. 28-40, 1982.
- PINHEIRO, Paulo S.; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- REVISTA IDORT. *Editorial*. São Paulo, ano I, n. 4, p. 1-2, 1932.
- SANTOS, Antônio Felício. *O trabalho industrial e seus adversários*. Rio de Janeiro: Typ. de G.Leuzinger & Filhos, 1881.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- SCHINCARIOL, Vitor E. *O Brasil sob a crise do fordismo*. São Paulo: LCTE, 2007.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1996.
- SIMONSEN, Roberto. *Ensaio sociais, políticos e econômicos*. São Paulo: FIESP, 1943.
- SIMONSEN, Roberto. Habitação econômica. *O Observador Econômico e Financeiro*. São Paulo, ano VI, n. 69, p. 9-16, out. 1941.

SOMBRA, Severino. Trabalho e propriedade. Horizontes sociais do Estado Novo. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 4, jun. 1941.

STREET, Jorge. *Idéias sociais de Jorge Street*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

VARGAS, João T. *O trabalho na ordem liberal*. O movimento operário e a construção do Estado na Primeira República. Campinas/SP: UNICAMP/CMU, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. Fábrica e Sistema Político. In: *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983. p. 29-52.

VICHNEWSKI, H. T. *As indústrias Matarazzo no interior paulista*. arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960). Campinas, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/Unicamp.

ZANETTI, A.; VARGAS, J. T. *Taylorismo e fordismo na indústria paulista*. O empresariado e os projetos de organização racional do trabalho (1920-1940). São Paulo: Humanitas, 2007.

